

## **POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO: IMPASSES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E FORMAÇÃO DO ESTUDANTE**

Eliane Cleide da Silva Czernisz

Universidade Estadual de Londrina

[eczernisz@uel.br](mailto:eczernisz@uel.br)

Introdução do problema:

Esse texto problematiza os impasses e desafios para a gestão e a formação dos estudantes em face da atual política educacional do ensino médio. Desde a Medida Provisória (MP) n. 746/2016 e, posteriormente, a publicação da Lei 13415/2017, o ensino médio, importante etapa da educação básica, tem sido afetado pelas alterações provenientes de um currículo proposto num contexto de explícito direcionamento mercadológico das políticas públicas educacionais. Naquele momento, os estudantes não sabiam que direcionamento seria dado ao ensino médio, assim como também os professores que buscavam analisar como as alterações iriam impactar os currículos no que correspondia à proposta formativa, à organização da matriz curricular e à composição da carga horária das disciplinas.

As alterações trouxeram incertezas, uma vez que os professores do ensino médio tiveram dúvidas sobre a manutenção de suas disciplinas no currículo, considerando que a justificativa para as alterações propostas era de que o currículo do ensino médio era composto de muitas disciplinas, que se fazia necessária uma mudança com vistas a possibilitar a flexibilização curricular, diversificar os caminhos para a formação e contemplar os sonhos dos estudantes para a vida futura.

A gestão escolar não ficou isenta de preocupações, uma vez que é seu papel atuar na implementação do currículo na escola, desenvolver o que é proposto no âmbito da gestão educacional, o que é sistematizado pela legislação. Esses acontecimentos levaram à reflexão do presente trabalho que busca entender: quais os impasses e desafios postos à gestão e à formação do estudante com a reforma do ensino médio?

O objetivo do trabalho é analisar os impasses e desafios postos aos estudantes e à gestão com a política do ensino médio em implementação a partir da Lei 13415/2017. Com base em Ferreira (2018), entendemos que as alterações curriculares do ensino médio

constituem parte de um movimento de contrarreforma. A nossa compreensão é de que as mudanças do currículo se desenvolveram num contexto de enrijecimento democrático, de restrições econômicas para a efetivação de políticas públicas e atendimento da população, e de uma perspectiva economicista para a formação de estudantes que objetivou contemplar o empreendedorismo, o desenvolvimento de competências socioemocionais que são características requisitadas pelo mercado de trabalho.

Para dar conta dessa análise, nos estudos que dão base a esse texto, utilizamos o estudo da legislação do ensino médio, assim como de documentos elaborados com o intuito de promover as alterações curriculares e o desenvolvimento das atividades de ensino na escola. A análise documental, segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005), contribui para a obtenção de informações sobre as intencionalidades presentes nos documentos de política educacional, traz indicações do tempo histórico em que foram propostos e aspectos que permitem compreender suas intencionalidades. Também utilizamos discussão bibliográfica de artigos selecionados com o critério de busca por autores que analisam a reforma do ensino médio a partir de 2017.

#### Desenvolvimento:

Tanto o estudo das alterações curriculares do ensino médio quanto o estudo da gestão da educação, seja no âmbito educacional ou escolar, são assuntos que requerem um recorte temporal, um retorno às questões presentes nos anos de 1990, um contexto de neoliberalismo que influenciou a educação e a orientou para o mercado. Tratou-se de um cenário de reformas que ocorreu “no âmbito da redefinição do papel do Estado, tomando, como referência, os pressupostos neoliberais, a globalização da economia e a reestruturação produtiva” com o objetivo de “responder às novas configurações assumidas pelas economias internacionais” (Neto, Castro, 2011, p. 746).

No âmbito da gestão da educação, é importante retomar as alterações provenientes da reforma do aparelho do estado, da influência privatista, da flexibilização e da descentralização das responsabilidades do Estado no que anteriormente era sua atividade exclusiva. A participação de entes privados na gestão pública passa a ser permitida nesse momento como se fossem parceiros, que se utilizam da escola pública para o desenvolvimento de seus projetos. Apesar dessa atuação, os gestores não se eximem da responsabilidade para com a gestão, como, por exemplo, dar conta dos resultados de

avaliações externas feitas com base nos resultados do trabalho pedagógico. Para Oliveira (2019, p. 219), essa aproximação e atuação dos parceiros privados é vista como “forma moderna de participar da melhoria da qualidade do ensino público, no sentido de contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência da escola, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio.”

Nesse contexto, ocorre a conformação da população a outro viés de participação que não traz no seu centro o intuito de contemplar as discussões e decisões. A participação passa a ser feita em tarefas anteriormente designadas. Passa-se para a lógica da responsabilização da comunidade, com o fortalecimento da noção de que participar é atuar na resolução de situações de responsabilidade do estado, como uma forma de cidadania ativa.

É possível perceber a atribuição de um novo papel político à comunidade escolar, contrário ao que se defendeu com o princípio constitucional da gestão democrática no que diz respeito ao conteúdo político de participação nas decisões escolares. É perceptível que o direcionamento dado à gestão escolar não está dissociado do que foi definido para o ensino médio. Desde 1990, presenciamos o norteamento do ensino médio com ênfase na formação de competências com um viés adaptativo. Em nossa compreensão, esse viés orientador pode ser visto nas proposições para a educação em documentos curriculares e que também proporciona a formação para o mercado. Ou seja, o mercado se torna parâmetro para o modelo de gestão e para a formação do estudante. Busca-se formar o estudante adaptado, com competências que atendam às expectativas do mercado.

Em nossa percepção, há o fortalecimento dessa orientação na contrarreforma do ensino médio. O currículo em vigor busca promover uma formação flexível, adaptada ao mercado, aspectos que podem ser vistos nas competências básicas que constam na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso decorre num terreno em que a gestão gerencial é revigorada com ações de empresariamento da educação. A escola, a formação dos estudantes e a gestão são atravessadas por um projeto privatista. Para Moraes et al. (2022, p. 4), a concepção de educação que orienta a reforma do ensino médio “consiste na substituição do domínio dos fundamentos teóricos e/ou científicos dos diferentes campos do conhecimento pela priorização da dimensão pragmática”. Com base nesses aspectos, afirmamos que há um projeto de educação que norteia o ensino médio, a gestão escolar e a atuação dos professores. Esse projeto se desenvolve alinhado a um projeto de sociedade neoliberal.

## Conclusões:

Iniciamos esse texto comentando as alterações promovidas com a contrarreforma do ensino médio. O questionamento sobre os impasses e desafios postos à gestão e à formação dos estudantes com a contrarreforma do ensino médio possibilita pontuar que as alterações que presenciamos nos dias de hoje, seja com a Lei 13415/2017 ou com a Lei 14945/2024, fazem parte do mesmo projeto de sociedade que desde 1990 vem sendo desenvolvido. Um projeto neoliberal que prioriza o lucro, os resultados, que imprime uma lógica economicista às ações da escola, à gestão e à formação. Essa orientação é contrária aos objetivos que conduzem à transformação social, uma vez que põe a lógica do mercado no centro das ações. Contrariamente, reafirmamos que a escola pública deve ser regida por princípios e valores que visem o seu efetivo sentido, o qual é o desenvolvimento de um ensino comprometido com a aprendizagem dos estudantes para que estes possam chegar à escola, permanecer, obter o conhecimento elaborado, concluir com uma formação que lhes possibilite a compreensão do mundo e a atuação nele. Ou seja, defendemos uma escola e educação que visem a transformação social, para a qual não faz sentido algum o alinhamento ao mercado.

## Referências:

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 23 jan.2025.

MORAES, C. S. V. et al. Reforma do ensino médio: a institucionalização do apartheid social na educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 43, e261875, 2022. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/CQL85LFng8qhDk9dnF93vvs/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 21 mar. 2026.

NETO, A. C.; CASTRO, A. M. D. A. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/35zWgbwzyNc8dddjmJdsGhF/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 22 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. T. C. As mudanças nas formas de gestão escolar no contexto da nova gestão pública no Brasil e em Portugal. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 213-232, mar./abr. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VcFTwwfVBqCJWwGs7qyGXsk/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 21 mar. 2026.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar texto para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>. Acesso em 20 de Mar. 2026.